

Presidente: reforma política em 98

Se reeleito, FHC tentará aprovar fidelidade partidária no Congresso até o final do ano

Ruy Fabiano
de Brasília

Se o presidente Fernando Henrique Cardoso for reeleito, o governo pretende aproveitar o embalo da vitória para avançar no processo de reformas. De outubro (se vencer no primeiro turno) ou novembro (se vencer no segundo) até janeiro, data em que expira o mandato do atual Congresso, pelo menos um item da reforma política deverá estar sendo votado: o da fidelidade partidária.

Para que a agenda se cumpra, o Congresso terá que ser convocado extraordinariamente. Essa a estratégia que está sendo concebida pelo ministro da Reforma Institucional, Freitas Neto, que inclui ainda a reforma tributária e a conclusão da reforma previdenciária (os destaques penderem) entre as matérias a serem submetidas ao atual Congresso.

O governo está convencido de que a reforma política, desta vez, terá que preceder as demais. "É ela que dá funcionalidade ao sistema político", diz o ministro.

Sem fidelidade partidária, cada parlamentar acaba sendo um partido avulso. Nada o obriga a seguir a orientação da cúpula partidária ou mesmo o programa do partido. Daí a dificuldade de formar maiorias. A solução acaba sendo recorrer ao fisiologismo, o que transforma a articulação política num grande mercado persa.

Com a fidelidade partidária, o governo acredita que nem precisará empenhar-se pela aprovação de uma Constituinte restrita, como chegou a anunciar o presidente Fernando Henrique. O presidente inclinava-se pela proposta do deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ).

A proposta do Miro condiciona a miniconstituinte ao resultado de plebiscito. Não daria tempo. "Mesmo em abril, quando decidimos apoiar a constituinte restrita, já não daria tempo", disse Freitas Neto. A opção acabou sendo por proposta análoga, de autoria do deputado e ex-ministro Antonio Kandir (PSDB-SP).

Ela convoca a constituinte restrita e estabelece referendo três meses depois. É essa a proposta que está na ordem do dia. O ministro Freitas Neto, no entanto, diz que, se a fidelidade

partidária for aprovada ainda nesta legislatura ou no início da próxima, não haverá necessidade de constituinte alguma.

"Com a fidelidade, o governo negocia com os partidos e estabelece compromissos claros, que não podem ser descumpridos. Tem-se então um sistema funcional. O quadro presente é anárquico, pois não basta conversar com os partidos. É um corpo a corpo exaustivo, que nunca cessa. A cada votação, tudo recomeça".

A proposta de fidelidade partidária do governo, que ainda está sendo discutida, terá um ponto fundamental: estabelecerá prazo de carência (o ministro sugere que seja de seis meses) para que haja um realinhamento partidário.

Nesse período, os políticos podem



Freitas Neto

trocar de partido sem prejuízos. Findo o prazo, a troca de partido implicará sanções tais como a perda de mandato ou a inelegibilidade na eleição seguinte (o ministro Freitas Neto defende essa sanção).

Para evitar a proliferação artificial de legendas -- há 29 registradas no TSE e 14 candidatos a presidente da República --, o

governo apresentará proposta que estabelece as chamadas cláusulas de barreira, isto é, dispositivos que dificultam a obtenção do registro definitivo de partido político. Essas cláusulas, conjugadas com a proposta de fidelidade partidária, deverão reduzir drasticamente o atual quadro partidário.

Para obter registro no TSE, basta encaminhar alguns documentos, acompanhados por 111 assinaturas de apoio. Obtém-se então registro

provisório, que, mediante o cumprimento de alguns ritos burocráticos, transforma-se em definitivo. A partir daí, Oswaldo de Souza Oliveira, candidato a presidente da República pelo desconhecidíssimo PRP (Partido Republicano Progressista) passa a gozar dos mesmos direitos de Lula ou Fernando Henrique. A cláusula de barreira, a ser embutida na reforma política, acabará com isso.

A estratégia que está sendo traçada agora -- de iniciar as reformas pela política -- chegou a ser sugerida ao presidente Fernando Henrique, logo após sua eleição, em 1994. O vice-presidente Marco Maciel argumentava que somente por essa via o governo conseguiria dar agilidade ao processo e saber de fato quem eram seus aliados.

O presidente Fernando Henrique preferiu ouvir os conselhos de sua equipe econômica, que insistia em iniciar as reformas pelos temas que garantissem a estabilidade do real e sinalizassem de maneira clara para os investidores externos.

Temia também que a discussão política desunisse sua base de sustentação, inviabilizando as demais propostas. Deu-se o contrário. O presidente gastou os chamados cem dias de trégua -- período em que o Congresso costuma não negar nada a um recém-eleito (não negou nem o confisco da poupança a Collor) -- envolvido em temas como quebra dos monopólios do petróleo e da navegação de cabotagem, cuja urgência era tida como discutível.

Passada a trégua, as votações tornaram-se cada vez mais problemáticas. O presidente, que pensava não precisar de um articulador político ("o articulador sou eu mesmo", dizia), passou a acionar simultaneamente vários: Luís Eduardo, Sérgio Motta, Antonio Carlos Magalhães e o próprio vice Marco Maciel.

Compreendeu então que a reforma política era o único meio de dar funcionalidade ao sistema partidário. Só que aí já era tarde. A proximidade das eleições tornou o tema proibitivo. O único item aprovado foi exatamente a reeleição, que teve custo político alto. Para o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado, relator da comissão interna encarregada de estudar, há três anos, as mudanças político-partidárias, "a reforma está madura".